



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

NÚCLEO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SANÇÕES

Telefones: (65) 3613-7564 / 7565

e-mail: [sgat@tce.mt.gov.br](mailto:sgat@tce.mt.gov.br)

Ofício nº : 298/2018/NCCS

À Senhora

Cuiabá, 03 de Julho de 2018.

**LENITA MARTA RODRIGUS DA SILVA**

Chefe à época do Núcleo Setorial de Finanças do Fundo Estadual de Saúde

Avenida Mauro Augusto Vieira, nº 269, apto 201, Torre-E - Bairro: Morada do Ouro II

CEP: 78053-734

Cuiabá – MT

Procuradores: **MAURICIO MAGALHÃES FARIA JÚNIOR – OAB/MT nº 9.839**

**MAURICIO MAGALHÃES FARIA NETO – OAB/MT nº 15.436**

**JOÃO VITOR SCEDRYZK BRAGA – OAB/MT nº 15.429**

Prezada Senhora,

Conforme teor do Acórdão nº 6005/2013-TP, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 04/02/2014, processo nº 123617/2012, este Tribunal julgou Irregulares as Contas Anuais de Gestão do Fundo Estadual de Saúde relativas ao exercício de 2012 e aplicou-lhe a multa de 1000 UPFs/MT.

Foram constatados interposições de embargos de declaração nº 20656/2014, o qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 2945/2014-TP, recurso ordinário nº 30112/2015, o qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 468/2017-TP, e embargos de declaração nº 94455/2018, o qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 159/2018-TP

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria nº 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

– Aplicação de **multa de 1000 UPFs/MT**: Deverá ser recolhida ao Fundo de Reparamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 06/08/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – [www.tce.mt.gov.br/fundecontas](http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas). O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

**MARCIA ELIANA SILVA ESPIRITO SANTO**

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções, em substituição legal